

CARLOS HENRIQUE BENEDITO NITÃO LOUREIRO

ENTRE AS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E O ERRO GROSSEIRO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A LINDB E OS IMPACTOS NA RESPONSABILIZAÇÃO DO
AGENTE PÚBLICO

Londrina/PR
2022


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Loureiro, Carlos Henrique Benedito
Nitão

Entre as alternativas possíveis e o
erro grosseiro nas Contratações
Públicas: a LINDB e os impactos na
responsabilização do agente público.
/ Carlos Henrique Benedito Nitão
Loureiro. – Londrina, PR: Thoth, 2022.
131 p.

Bibliografias: 125-131
ISBN 978-65-5959-390-3

1. Direito Administrativo. 2. Direito
Público. 3. LINDB. I. Título.

CDD 341.3

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Cláudia Vanessa Bergamini

Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Administrativo : 341.3

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioi da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
DEDICATÓRIA	9
APRESENTAÇÃO.....	13
PREFÁCIO.....	15
LISTA DE SIGLAS	19
INTRODUÇÃO	23

CAPÍTULO I

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E A RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	27
1.1 Estado e Poder Sancionador: unicidade do poder punitivo estatal	29
1.2 Ponderações sobre a norma jurídica, o (i)lícito e a sanção.....	32
1.3 A tutela do bem jurídico mediante intervenção estatal.....	35
1.4 O processo administrativo sancionador: diálogos com o Direito Penal.....	38
1.5 Contratações públicas: responsabilidade e responsabilização do agente público	41

CAPÍTULO II

INTERPRETAÇÃO DE NORMAS JURÍDICAS DE CONTEÚDO INDETERMINADO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: DEFERÊNCIA TÉCNICA E SEGURANÇA JURÍDICA	45
2.1 Reflexões introdutórias sobre a interpretação administrativa	47
2.2 Lei de Segurança Jurídica na aplicação das normas de Direito Público.....	50
2.3 Os valores jurídicos abstratos e o consequencialismo na decisão administrativa e controladora.....	53
2.3.1 Discricionariedade administrativa e as normas de conteúdo indeterminado.....	58
2.4 Reflexões sobre a dinâmica da Administração Pública e o “controle de	

opinião”	62
2.5 Dificuldades reais de gestão: a decisão administrativa e a atividade de controle.....	67
2.6 A discricionariedade administrativa e a deferência técnica na atuação controladora.....	72

CAPÍTULO III

O ERRO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E SEUS REFLEXOS NA RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO.....	81
3.1 O erro no Direito brasileiro: uma análise no âmbito penal, civil e administrativo.....	83
3.1.1 Ponderações sobre o erro na esfera do Direito Penal	83
3.1.2 Ponderações sobre o erro na esfera do Direito Civil.....	85
3.1.3 O erro no Direito Administrativo e seus reflexos sobre a responsabilização do agente público.....	87
3.2 Análise dos elementos estruturadores do erro grosseiro: uma perspectiva doutrinária.....	91
3.3 O conceito de erro grosseiro na jurisprudência do Tribunal de Contas da União.....	96
3.4 Além do homem médio: contribuições para a reflexão sobre o controle do erro grosseiro.....	100
3.4.1 Critérios necessários ao controle do erro grosseiro: algumas reflexões..	101
3.4.1.1 As dificuldades reais de gestão	102
3.4.1.2 A interpretação de normas de gestão pública e escolhas razoáveis.....	106
3.5 A Lei de Improbidade Administrativa reformada: o dolo como pressuposto à responsabilização do agente público.....	110
REFLEXÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	125